

**ATA Nº 03/2026 – 3ª REUNIÃO DO COMITÊ DE TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL – PROGRAMA PASSE LIVRE DO EXERCÍCIO DE 2026.**

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h30min, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, situada no Paço Municipal Wilson Ferreira Varella, realizou-se a 3ª reunião ordinária do Comitê de Transporte Coletivo Municipal. Estiveram presentes os membros do Comitê: Aline Rosa Kist, Carlos Eduardo de Oliveira, Cleonice dos Santos, Luiz Pozza e Natália Barbosa dos Santos; representando o Poder Executivo, Anamaria Alves dos Santos, Danielle Simão, Jakeline Placido Marcon e Jefferson Rodrigues Cabral; bem como, representando a empresa concessionária Viação Cianorte, os senhores Milton Luiz Gurginski e Matheus Volpato Gurginski. **Abertura da Reunião:** O Sr. Carlos Eduardo de Oliveira deu as boas-vindas aos presentes, destacando a presença e declarou aberta a reunião, apresentando a pauta dos trabalhos, como segue: **1. Análise da Planilha de Custos – Referente ao mês de fevereiro de 2026:** Com a palavra, o Sr. Matheus Volpato Gurginski realizou a apresentação da planilha de custos, elaborada conforme a metodologia da ANTP. Inicialmente, esclareceu que o período analisado compreendeu 19 (dezenove) dias úteis, 4 (quatro) sábados e 5 (cinco) domingos e/ou feriados. Informou que a frota operacional é composta por 19 veículos, sendo 13 sem ar-condicionado e 6 com ar-condicionado, dos quais 2 são novos, com 16 veículos em operação e 3 em reserva. Seguindo, informou que a quilometragem rodada totalizou 59.051,65 km, apurada pela média entre os registros dos tacógrafos (59.643,00 km) e do sistema GPS (58.459,13 km). No período, foram consumidos 25.097 litros de óleo diesel, com média de 3.691 km rodados por veículo. O óleo diesel foi adquirido ao valor de R\$ 5,27 por litro, superior ao pago no mês anterior, sendo aplicado o coeficiente de correlação de consumo de lubrificante de 0,0265. Para fins de depreciação, os valores dos veículos foram atualizados, sendo aqueles sem ar-condicionado avaliados em R\$ 700.000,00 e aqueles com ar-condicionado em R\$ 777.400,00, resultando no valor médio do veículo básico de R\$ 724.442,11. Na sequência, detalhou a composição dos custos fixos e variáveis, destacando os principais insumos: ARLA (R\$ 1,89, com coeficiente de 0,035), pneus (R\$ 2.665,00 por unidade) e recapagem (R\$ 610,00). Apresentou ainda o fator de correlação entre os custos ambientais e o preço médio do ônibus básico, fixado em 0,001400. Foram apresentados os custos com salários e benefícios dos motoristas (R\$ 17.773,18 mensais, acrescidos dos fatores de utilização), bem como os custos do pessoal administrativo e de manutenção, despesas com água, energia, medicina do trabalho, serviços jurídicos e contábeis, que representam 35% e encargos sociais 48,12% dos custos totais. Detalhou-se também a tabela de taxas e seguros, incluindo licenciamento (R\$ 1.455,04) e seguro de responsabilidade civil (R\$ 80.111,52), além da taxa de remuneração do capital (2,60%), bilhetagem e locação de veículos (R\$ 7.503,86), taxa de remuneração dos serviços (7,31%), despesas gerais (R\$ 417.805,92) e tributos (5,08%). Resumidamente, os custos apurados foram os seguintes: Custos variáveis: R\$ 216.184,72; Custos fixos: R\$ 301.824,27 e Remuneração pela prestação dos serviços: R\$ 37.866,46, totalizando R\$ 555.875,45. Sobre esse montante, aplicou-se o cálculo dos tributos “por dentro”, resultando no valor de R\$

29.749,76, perfazendo o valor total de R\$ 585.625,21, com custo por quilômetro rodado apurado em R\$ 9,92. O número de passageiros transportados foi de 140.476 usuários em todas as linhas, número que permite apurar o custo por passageiro em R\$ 4,16. Após esclarecimentos e debates, os membros do Comitê aprovaram, por unanimidade, os dados apresentados e a liberação do pagamento, com desconto dos adiantamentos efetuados. **Assunto 5: A viabilidade de uma linha de Transporte Coletivo, para os estudantes do Distrito de São Lourenço, nos horários das 18:30 e 23:00, que frequentam as aulas no Município de Cianorte, a indicação foi formalizada pelo Vereador, Sr. Jorge Lontra.** Na ocasião, o Sr. Carlos destacou que há uma restrição de uso do transporte da educação, que não são alunos do ensino fundamental, e que já vinham com o ônibus em transporte público. A Sra. Danielle, explicou que há duas situações, uma por utilização de veículo do transporte escolar para transporte de alunos da rede particular, porém, como 4 alunos da rede pública utilizam o mesmo ônibus, a secretaria de Educação permitiu a continuidade do transporte. A outra situação verificada foi o aumento do número de alunos vindo para formação no município, que gerou demanda para mais um veículo no mesmo horário, neste caso inviável para a secretaria de educação. A Secretária de Educação reafirmou a existência do problema e sugeriu a liberação de 01 (um) carro pela Programa Passe Livre, se comprometendo a manter 01 (um) carro também enquanto tiverem alunos da rede estadual demandando transporte ou que se encontre outra solução. A Sra. Aline indagou que, nos cursos de qualificação para mulheres, havia inscrições do Distrito de São Lourenço, e que por falta de transporte, essas mulheres, não conseguiram frequentar o curso, destacando que com a liberação desse veículo extra pelo Programa, a demanda dos alunos do SESI também poderá ser atendida. A Sra. Danielle, destacou que a gestão atual reforça o compromisso com a qualificação das pessoas para o mercado de trabalho, e que hoje é uma necessidade da população, tanto do município quanto dos distritos. Na oportunidade Sra. Cleonice, questionou sobre a rota dos ônibus, e definiu-se que a rota seria de acordo com a demanda, mas que ficaria direcionada a UMFG, UNIPAR, CEEP, SENAI. O Sr. Carlos, passou a palavra para o Sr. Milton, que ponderou a necessidade de contratação de mão de obra, no caso mais um motorista e a aquisição de mais um veículo, justificou que por ser em horário de pico, não teria motorista e veículo de forma imediata para operacionalização neste horário. Quanto ao custo, estimou em, aproximadamente, R\$18.000,00/mês. Houve uma discussão sobre uma outra possibilidade. Mas a Sra. Danielle, destacou que no momento não há ônibus do Município com disponibilidade para atender esta demanda. Destacou a possibilidade de edição de uma lei que autorize a utilização de ônibus de outra Secretaria, já que os ônibus da Secretaria de Educação, e da Secretaria de Assistência Social não tem condições para fazer tal rota, destacando ainda que não é uma questão para o Município resolver, mas que o Município não pode ficar inerte a qualificação profissional dos habitantes do Distrito. O Sr. Carlos, pontuou com clareza, que como há demanda, não havia justificativas para negar o pedido. Foi abordado que no Distrito de Vidigal ocorre o mesmo, porém a oferta de lugares no ônibus, supre a demanda. O Sr. Carlos questiona sobre o prazo para início da

atividade/demanda. O Sr. Milton, analisa e responde que conseguirá atender a demanda a partir de segunda-feira, dia 09 de março. O Sr. Carlos conclui o assunto destacando que é um valor alto, que não estava no planejamento, mas que não há argumentos, pois se faz necessário. Ainda é levantado o questionamento sobre fretamento de ônibus, o Sr. Milton faz uma rápida conta e destaca que não é vantajoso, pois o valor do frete seria na média de R\$ 30.000,00 mensal. O assunto foi finalizado com parecer favorável por unanimidade, neste momento a Sra. Danielle Simão e Jakeline Placido Marcon, se retiram da sala. **Assunto 2: Indicação do Vereador Afonso Sérgio Lima, ele solicita que seja realizado estudos técnicos e operacionais, visando a implantação de uma rota de transporte público que adentre o bairro Jardim São Francisco, com a instalação de, pelo menos, um ponto de parada com abrigo, em ruas estratégicas no referido bairro. Destaca a dificuldade de crianças e idosos em ir a pé até o ponto mais próximo.** O Sr. Milton destacou que não há possibilidades de alocar um ponto de parada no bairro citado, já que o bairro tem ruas muito estreitas, com curvas acentuadas, sendo inviável a passagem de circular. Ainda, pontua que seria necessário a contratação de mais motoristas para atender a demanda, e que sairia totalmente fora da rota atual. O Sr. Carlos, por sua vez destacou a existência de dois pontos de parada nas duas principais entradas do bairro, pela avenida Coruja, e avenida Aquidauana, e que, para a instalação de novos pontos/abrigos, é levado em consideração a distância de até 500 metros do ponto ao bairro. O Sr. Carlos pontuou que por conta da distância, da infraestrutura do bairro, da demanda por transporte público e da dificuldade de implantar mais uma linha, o atendimento do pedido, no momento, é inviável. Colocado em votação, a inviabilidade do pedido foi aprovada por unanimidade. **Assunto 4: Reclamação recebida através da ouvidoria sobre os estudantes das Escolas Iglea Grollmann e Princesa Isabel, que deixam de utilizar o transporte escolar e embarcam no transporte público, em horários de pico, por volta das 18:00, quando há maior fluxo de trabalhadores retornando para casa.** A reclamante alega que esses alunos causam tumulto no interior do veículo e ocupam, indevidamente, os assentos preferenciais, gerando transtorno aos demais passageiros. A Sra Anamaria destaca que este assunto já fora apresentado em outras ocasiões, sendo acionado até o Conselho Tutelar e as diretoras das respectivas escolas para auxiliar na resolução do problema. Contudo, o Conselho Tutelar alegou não poder agir sem que antes seja lavrado boletins de ocorrência pela polícia. O Sr. Milton se comprometeu em averiguar o caso, já que não houve reclamação por parte dos motoristas, mas que realmente alguns dias entram muitos “moleques” fazendo algazarra no ônibus. Destacou que os ônibus ficam superlotados em horários de pico, o que vem causando não só danos materiais nos veículos, mas também estresse e exaustão nos motoristas. Alegou que não é o caso de disponibilização de mais um veículo na linha, já que o uso dele seria maior somente em horários de pico, ficando ociosos nos demais horários. A Sra. Anamaria, lembrou que já foi conversado com as Diretoras sobre esse problema e lançada a ideia de recolhimento dos cartões daqueles passageiros que estiverem perturbando o sossego, com conduta de indisciplina no transporte público. Os membros do Comitê definiram, então, que quando for comprovada a

situação de perturbação, a polícia será acionada para a devida lavratura do boletim de ocorrência e encaminhamento ao Conselho Tutelar para que tome medidas cabíveis. O Sr. Carlos destacou que irá solicitar ao Agente Carlos, responsável pela educação de trânsito nas escolas, que converse e instrua os Diretores das Escolas para reforçar a questão. Destacou a dificuldade em conversar e se impor diante dos adolescentes. A Sra Cleonice, apresentou a ideia de colocar mesmo que uma carcaça de câmera, com placa de aviso de que o ambiente está sendo filmado, maneira está de intimidar os adolescentes que frequentam o ônibus nestes horários. O Sr. Milton destacou sobre a necessidade de regulamentação por decreto para que possa tomar as devidas providências.

**Assunto 3: Ouvidoria, reclamação sobre o ônibus do bairro Vila Operária, que não estaria efetuando as paradas regulamentares no ponto do posto 70 e que estaria deixando de pegar passageiros, e dificultando o desembarque dos passageiros no referido ponto. Segundo ela, isso ocorreu mais de uma vez.** O Sr. Milton destacou que a Senhora já havia feito reclamação via e-mail e via ligação telefônica na empresa. Alegou que, possivelmente, a situação se deu uma vez, em razão da existência de obras na pista e por este motivo o ônibus precisou realizar manobra e parar alguns metros à frente do ponto. Contudo, se comprometeu a averiguar e orientar os motoristas da melhor forma. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e dela lavrada a presente ata, que segue assinada conforme lista de presença anexa.

